


PM Capelinha-TC 974105-OF orientações continuidade TC



De


REGOVM003 - Repasses e Financiamento <regovmo03@caixa.gov.br>

Para

adm@eucaliptusmadeiras.com.br <adm@eucaliptusmadeiras.com.br>, convenios@pmcapelinha.mg.gov.br <convenios@pmcapelinha.mg.gov.br>, engenharia@pmcapelinha.mg.gov.br <engenharia@pmcapelinha.mg.gov.br>, gabinete@pmcapelinha.mg.gov.br <gabinete@pmcapelinha.mg.gov.br>, gustavo.pimenta00@hotmail.com <gustavo.pimenta00@hotmail.com>, obras@pmcapelinha.mg.gov.br <obras@pmcapelinha.mg.gov.br>

Data

2025-09-24 15:38

 DECLARAÇÃO Atendimento Legislação-28063v17.docx (~16 KB)

E-mail classificado como #PUBLICO

Representação da Gerência Executiva de Governo Montes Claros/MG
Rua Dr Santos, nº 103 – Centro
CEP 39400-001 - Montes Claros/MG

Ofício nº 0706 / 2025 / REGOV/MO

Montes Claros, 23 de setembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Jonas Barreiros dos Santos
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Capelinha
Rua Inácio Murta, 58 - Centro
CEP: 39680-000 – Capelinha – MG

Assunto: **Orientações para continuidade do Termo de Compromisso – Regime Não Simplificado – Novo PAC – Processo Licitatório**
Ref.: **Termo de Compromisso nº 974105/2025/MCIDADES/CAIXA - Operação nº 1100310-40 – Programa: Moradia Digna – Objeto: construção de unidades habitacionais no município de Capelinha - Minas Gerais**

Senhor Prefeito Municipal,

1.

Comunicamos que o referido Termo de Compromisso foi considerado tecnicamente viável, com a consequente retirada da cláusula suspensiva, e está apto para prosseguimento das análises pós-contratuais pertinentes. Desta forma, alertamos que o valor da licitação deverá ser no máximo **R\$ 7.702.423,77 (Meta 01)**, respeitando os valores dos macroitens/agrupadores da planilha orçamentária aceita pela Caixa.
2.

Conforme previsto no Comunicado 36/2024 do Transferegov, autorizamos o início do processo licitatório, em atendimento ao Inciso X do Art. 7 da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024, bem como, delegação feita pelo Órgão Repassador para esta Mandatária.
3.

Visando a disponibilização de informações aos órgãos competentes, deverá ser informada à CAIXA, no prazo de 10 dias contados a partir do recebimento deste, a data prevista para emissão da ordem de serviço (OS) para início da execução do empreendimento.
4.

Importa salientar que essa operação foi contratada sob regramento contido na **PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 32, DE 04 DE JUNHO DE 2024**, que regulamenta as transferências obrigatórias para execução de ações do Novo PAC, e está enquadrada no Nível I (Novo PAC) previsto na mencionada portaria.
- 4.1.

Em atenção ao regramento legal acima, elencamos a seguir algumas informações importantes:

• Atentar para as competências do Recebedor listadas no Art. 8º da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024;
5.

Esclarecemos que cabe exclusivamente ao Recebedor a responsabilidade de executar os processos licitatórios de acordo com o que preconiza a legislação vigente, os quais ficam sujeitos à fiscalização dos Tribunais de Contas pertinentes.

5.1. Lembramos que não é permitida a utilização da modalidade pregão para contratação de obras, conforme legislação vigente.

5.2. Ressaltamos que os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente serão considerados aptos se publicados após o aceite do projeto técnico pela CAIXA, observadas as exceções, conforme condicionantes previstas no Art. 37 da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024.

6 Alertamos sobre a necessidade de, nas operações do Novo PAC, em seus editais de licitação, atenderem as exigências do Decreto 11.889 de 22/01/2024, que trata do conteúdo nacional e das resoluções CIIA-PAC (Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento), que enumeram quais equipamentos devem possuir conteúdo nacional, quando forem adquiridos com recursos do Novo PAC.

6.1.1 Ressaltamos que consta no Termo de Compromisso assinado, as **obrigações gerais dos recebedores quanto à aquisição de itens nacionais**, conforme arquivo anexado (Resumo legislação conteúdo nacional Novo PAC).

7 Solicitamos a inclusão da documentação abaixo referente ao resultado do processo licitatório na Plataforma Transferegov (**com boa resolução para que a impressão fique legível**) nas seguintes abas:

7.1 ANEXOS/ VERIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO/ CADASTRO DA LICITAÇÃO E ENVIO PARA ACEITE (não deve ser anexado nenhum documento na aba Processo de Execução):

- Publicidade do edital de licitação mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo que até 01/04/2027, os municípios com até 20 mil habitantes que não adotarem o PNCP devem publicar em Diário Oficial;
- Publicação do Extrato do Edital no **Diário Oficial** da União **ou Diário Oficial** do Estado **ou Diário Oficial** do Município;
- Publicação do Extrato do Edital em um jornal de grande circulação;
- Ato de Homologação da Licitação;
- Despacho de Adjudicação da Licitação;
- Declaração firmada pelo prefeito atestando que a licitação ou o processo de dispensa atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na legislação vigente, inclusive quanto à forma de publicação, aceitando pareceres emanados por órgão de Controladoria Geral do ente ou de Tribunal de Contas de vinculação, modelo CAIXA e atestando que a empresa da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade da prefeitura a fiscalização (Art. 18, XII, Lei 13.080/2015) – modelo anexo;

0. Indicação de nova data-base se esta for alterada em relação à fase de análise; (na Aba PO/CCF)

1. Previsão de Início da Obra, alterar caso esteja defasada; (na Aba PO/CCF)

2. Informação regime de execução pactuado no certame licitatório, é por administração indireta - empreitada global (na Aba Itens);

3. Fazer o rateio corretamente entre repasse e contrapartida na aba Itens e QCI;

4. Avaliar o Eventograma (abas "Eventos", "Frentes de Obra", "PLQ" e "CFF" da Plataforma + Brasil) junto à empresa contratada para execução das obras e, se for o caso, adequá-lo, objetivando sempre uma distribuição equilibrada dos percentuais mensais de execução dos serviços ao longo do prazo de realização da obra e a compatibilidade com o porte e a capacidade operacional e financeira da empresa executora.

. INSTRUMENTOS CONTRATUAIS (somente será possível após o aceite da licitação):

0. Contrato de execução ou fornecimento (CTEF) com a empresa vencedora do processo licitatório;

1. Extrato do CTEF publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo que até 01/04/2027, os municípios com até 20 mil habitantes que não adotarem o PNCP devem publicar em Diário Oficial.

8. Alertamos que os apontamentos abaixo deverão ser regularizados até os prazos estabelecidos abaixo:

8.1 JUNTO COM O RESULTADO DA LICITAÇÃO:

- Apresentar Laudo de sondagem dos terrenos e sua respectiva ART

8.2 ATÉ O PRIMEIRO PEDIDO DE DESBLOQUEIO DE RECURSOS:

0. Apresentar o CTEF.

1. Apresentar ART de Execução.

2. Apresentar Ordem de Serviço.

3. Utilizar o modelo **atual e vigente** para a confecção da placa de obra CAIXA que pode ser obtido pela internet na página pública da CAIXA.

8.3 ATÉ O ÚLTIMO PEDIDO DE DESBLOQUEIO DE RECURSOS:

- Comprovação da titularidade de área de intervenção mediante certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, cuja validade é de 30 dias a contar da data de sua emissão.
- Apresentar relatório técnico com fotos georreferenciadas da construção das redes públicas de arruamento/pavimentação/drenagem/guias/sarjetas/passeios/água/energia elétrica etc. comprovando a execução das obras de infraestrutura necessárias à plena funcionalidade do empreendimento.

9 **A data da emissão da ordem de serviço (OS) e a data do início efetivo da execução do empreendimento devem ser informadas à CAIXA assim que ocorrerem.**

10 Para as operações do Ministério das Cidades, em cumprimento à Portaria MCidades nº 988/2024, alertamos que os entes deverão solicitar autorização desse Ministério Gestor para os eventos de assinatura de contratos, visitas a obras e inaugurações de empreendimentos, bem como entrega de equipamentos e veículos de transporte público custeados ou financiados com recursos oriundos do Ministério, com 30 dias de antecedência, via comunicado/convite à Representação da Gerência Executiva de Governo - REGOV/MO.

10.2 Desta forma, os convites/solicitações de autorização deverão ocorrer, preferencialmente, com 40 dias de antecedência à Representação da Gerência Executiva de Governo - REGOV/MO, para inserção em sistema.

11 Permanecemos à disposição para outros esclarecimentos.

Respeitosamente,

Silmara Soares Silveira Vilela Rezende
Assistente Pleno
Representação da Gerência Executiva de Governo - REGOV/MO CAIXA

Maria de Lourdes Costa Machado
Coordenador de Filial
Representação da Gerência Executiva de Governo - REGOV/MO CAIXA